

GES
PCP

G

O camponês

ÓRGÃO DOS CAMPONESES DE PORTUGAL

SÓ COM UNIDADE, ORGANIZAÇÃO E COMBATIVIDADE SE CONQUISTARÁ UM CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

Centenas de milhares de operários agrícolas estão sentindo na própria carne que, ano após ano, a sua situação económica se vai agravando. Arrastam uma existência atroz em consequência de se encontrarem em desemprego quase permanente e de, quando conseguem trabalho, este ser pago com jornas baixíssimas que não podem corresponder às suas necessidades mais elementares.

Naturalmente isto dá-se porque a terra não pertence a quem a trabalha, como devia suceder e sucede em todos os países socialistas. Em Portugal, e em especial no Alentejo, Ribatejo e na região do Douro, a terra pertence a uma centena de grandes agrários parasitas que nada produzem, mas que, para encherem os seus já fabulosos cofres e com o apoio do actual governo, lançam-se numa desenfreada exploração sobre os que trabalham.

Este ano foi mais um ano em que os trabalhadores viram e sentiram que durante as ceifas e outros trabalhos, muitos ficaram desempregados e os que conseguiram trabalho foi sol de pouca dura, e com jornas de miséria, excepto numa ou noutra terra onde os trabalhadores mais se uniram e lutaram firmemente.

Mesmo assim o que ganharam não lhes chegou para se alimentarem convenientemente e muito menos para pagarem as dívidas que antes tinham contraído.

Contribui também para esta situação o haver propriedades com milhares de hectares que não são cultivadas e o estarem os agrários a utilizar cada vez mais máquinas para o trabalho da terra.

Tudo isto traz como consequência o crescente e quase permanente desemprego para os operários agrícolas. E se juntarmos a isto a constante subida do custo da vida, conclui-se que é negra a vida dos que mais trabalham a terra.

Por isso a conquista dum Contrato Colectivo de Trabalho, que assegure trabalho todo o ano, que inclua uma jorna mínima de 30\$00 para os homens e 20\$00 para as mulheres e o horário das 8 horas de trabalho, é uma necessidade urgente para todos os operários agrícolas, para impedir que a fome e a miséria alastrem mais fãos seus lares.

Mas para se conquistar o Contrato Colectivo de Trabalho é necessário que haja Unidade, Organização e Combatividade, porque os agrários e o governo vão resistir muito a que ele se realize.

Daí a necessidade de se criar um amplo e organizado movimento de massas que mobilize para a acção os operários agrícolas. Para conseguir isso tem uma importância fundamental a realização, em todas as terras, de pequenas e grandes

reuniões de massas. As reuniões de trabalhadores, além de darem força permitem que os homens e mulheres discutam numa forma larga os seus problemas e tomem democraticamente as medidas necessárias para levar a bom êxito as suas lutas.

As experiências colhidas por todos os que têm participado nas reuniões já efectuadas mostram plenamente que é esse o caminho justo que deve ser percorrido pelos trabalhadores. A aproximação dos operários agrícolas de terras diferentes tem permitido levar essa experiência a outros lados, que procuram depois efectuar também as suas reuniões.

De todas essas reuniões é importante que sejam destacadas Comissões compostas pelos homens e mulheres mais combativos, Comissões que devem estabelecer ligação estreita entre si para tornar cada vez mais larga a frente da luta organizada.

É depois na acção concreta e diária que a Unidade e a Organização adquirem a sua verdadeira expressão. As Comissões competem um grande trabalho de mobilização das vastas massas de trabalhadores para acções concretas como: concentrações nas Casas do Povo,

"A LAVOURA, ESSA PARENTE POBRE"

Foi este o título dum artigo de fundo do jornal "O Século" em que, embora sem esclarecer as razões profundas da grave situação da lavoura portuguesa, se colocam alguns dos seus problemas prementes.

Bastou isso para que de todos os lados, dando bem uma ideia do ambiente geral de descontentamento, surgissem cartas de aplauso ao artigo, como nunca se viu em tal jornal.

Os próprios dirigentes de alguns Grêmios de Lavoura não puderam deixar de apoiar o artigo como fez o sr. Dário Canas que escreveu: «Procurei interpretar o mais fielmente possível este movimento espontâneo dos modestos lavradores deste concelho, esgotados de recursos pelo ano adverso que a todos mais ou menos tocou.»

Este movimento de apoio a um artigo em que foram colocadas algumas das dificuldades da lavoura, mostrou bem que existe, por todo o país, condições para que os agricultores levantem mais decididamente as suas reivindicações.

Como temos repetidas vezes escrito no nosso jornal, para isso é necessário, antes de tudo, que os agricultores se unam pois não é com cada um a puxar para o seu lado, que conseguirão fazer valer as suas reivindicações. É necessário que se unam, que conversem

Câmaras Municipais ou outras autoridades, recolhas de assinaturas de apoio à luta, organização de marchas de fome se as reivindicações não forem atendidas, etc., etc.

Se trabalharmos paciente e persistentemente pela Unidade e a Organização dos Operários Agrícolas e dermos à sua luta uma forte Combatividade, poderemos estar certos de que conquistaremos um Contrato Colectivo de Trabalho.

POPULAÇÕES INTEIRAS LUTAM CONTRA A PREPOTÊNCIA DAS AUTORIDADES

As populações dos lugares de Relvas, Bajancas, Fetais Cumeiros, Fetais Fundeiros, Canelas e tantos outros encravados na serra e pertencentes à freguesia do Espenhal, concelho de Penela, recusam-se a pagar as cotas para a Casa do Povo porque contribuíram, com dinheiro, materiais de construção e horas de trabalho, para a construção de uma casa que se destinava para sede da Filarmónica do Espenhal e que, depois, foi cedida para sede da Casa do Povo.

Entende todo este povo que o

E não basta manter tais Comissões. É necessário, com a experiência recolhida nas Comissões do 5 de Outubro, alargá-las e fortalecê-las. É necessário criar por todo o país uma rede de Comissões que permita a criação dum movimento organizado capaz de conduzir a acção legal nas eleições para deputados de 1961.

Além disso as Comissões que já existem e as que vierem a criar-se, deverão fomentar ou apoiar uma ampla campanha pela Amnistia Política para que as grades das prisões, que encerram centenas de portugueses só porque pensam de forma diferente do governo, se abram para que eles possam passar junto das suas famílias a festa do Natal que se aproxima.

que deu chega para pagar muitos anos de cotas, tanto mais que não foi ouvido nem achado para esta cedência.

A Direcção da Casa do Povo, porém, para obrigar a população a pagar as cotas, pediu a intervenção das autoridades do concelho, que pressionaram de todas as formas os camponeses da região. Depois recorreram a forças da GNR de Coimbra mas ante a ameaça das metralhadoras o povo abandonou as aldeias e refugiou-se na serra. As aldeias ficam completamente mortas e as autoridades, abusivamente, já têm entrado nas casas abandonadas e levado objectos para servir de pagamento das cotas.

Entretanto, como a GNR ainda não está disposta a disparar sobre populações indefesas que ordeiramente têm apresentado as suas queixas, apareceu a PIDE que começou logo por prender algumas pessoas.

Por fim as autoridades estão na disposição de proceder ao arrolamento das terras para as vender em hasta pública. Esta prepotência está a tornar a situação muito melindrosa pois sempre que à região chegam os agentes da autoridade, as populações são avisadas por um morteiro e toda a gente daquelas povoações serranas está disposta a defender o que legitimamente lhe pertence.

AS LUTAS DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

A luta contra o desemprego, por melhores jornas e por um Contrato Colectivo de Trabalho, está mobilizando constantemente os operários agrícolas.

Em SEDA os trabalhadores desempregados fizeram uma concentração na Casa do Povo para exigir trabalho ou pão. O presidente da Direcção, Alexandre Pais, não queria receber os trabalhadores mas estes não demoraram um segundo para invadir o 1º andar onde estava o presidente, rodian-

do-o e dizendo-lhe que queriam trabalho pois não estavam dispostos a morrer à fome. Face a esta atitude firme dos trabalhadores, o Alexandre Pais disse que ia tomar providências o mais breve possível. Pouco depois 100 trabalhadores foram mandados para o concerto dumã estrada com jorna de 20\$00.

Em CABEÇÃO 15 desempregados foram à Casa do Povo exigir trabalho. Um dos membros da Direcção disse-lhes que arranjava

(continua na 2ª pag.)

VAMOS LÁ CONVERSAR, Ó ZÉ!



maioria está sem trabalho e a arrebanter de fome. Por isso eu e os meus companheiros fomos à Casa do Povo lá da terra expor a nossa situação e pedir providências; quero dizer, queríamos trabalho ou então que nos dessem um subsídio, porque as coisas assim não estavam bem nem podiam continuar.

—E vocês foram muitos, Toino?
—Se éramos, Zé! Nem cabíamos lá dentro. A sala encheu-se até abarrotar e o resto ficou na rua, mas não arredou pé até acabar a nossa conversa com os tais senhores directores.

—Assim é que é, Toino, para eles verem a nossa força.
—Falias bem, Zé, mas aqueles senhorecos quase não nos quizeram ouvir e fizeram tamarha ralheira só por nos verem ali. Mas nós insistimos.

—Bom trabalho, Toino!
—Pois é, mas vais ouvir o resto. Disseram eles que não podiam resolver nada porque a Casa do Povo não tem dinheiro e que quando não há trabalho não há mesmo e há que aguentar. Estará isto certo e nós a arrebanter de fome?

—Tens razão, Toino, em andares com cara de arrelia. Tu sabes que esses senhores que estão à frente das Casas do Povo e outros que há mais para cima, dizem aos quatro ventos que aquelas Casas são nossas, que foram criadas para defender os nossos interesses. Mas o que é verdade é que quando lá vamos nos recebem mal.

—Então que devemos fazer?
—Olha Toino, se eles dizem que as Casas do Povo foram criadas para defender os nossos interesses e ainda por cima nos obrigam a pagar cotas, devemos actuar de forma a que elas nos pertençam de verdade, isto é, obrigá-los com a nossa unidade e a nossa luta a que cumpram com o que dizem. Nós os operários agrícolas, somos uma grande força, que posta em acção poderá leva-los de vencida. Para isso devemos divulgar por todo o lado que as Casas do Povo têm que ser nossas e nas reuniões que vamos fazer para discutir a luta contra o desemprego e pela conquista dum contrato colectivo de trabalho, devemos também assentar que de futuro, é na Casa do Povo que nos devemos juntar para debater os nossos problemas, que é lá que devemos apresentar as nossas reclamações e não arredar pé até elas serem resolvidas. Devemos procurar frequentar as Casas do Povo todos os dias, mesmo contra a vontade dos seus dirigentes; é lá que devemos protestar contra as provocações e

agressões da GNR, é lá que devemos protestar contra os despedimentos, e, quando das eleições, devemos procurar colocar à sua frente direcções de homens honrados e da nossa confiança. Verás, Toino, que se soubermos compreender e convencer os nossos companheiros que uma boa parte da nossa acção tem que ser travada nas Casas do Povo estas poderão então servir os nossos interesses. Para isso é indispensável que nos unamos cada vez mais e actuemos com força.

—Muito bem, Zé. Vou de abalada, sem perda de tempo, ter com os meus companheiros para lhes contar o que ouvi. Vamos pôr-nos em contacto com outras terras para levarmos todos essas ideias para a frente. Até à vista!

—Passa bem, Toino, e até à próxima.

CAMPANHA DE AUXÍLIO PARA «O CAMPONÊS»

Em resposta ao nosso apelo para a recolha de alguns milhares de escudos para ajudar o nosso jornal, recebemos mais as seguintes dádvas:

Transporte.....	1103\$00	Pela Reforma Agrária...	81\$50
Amigos do jornal		Pela Unidade dos ceifeiros	42\$00
«O Camponês»....	26\$00	Um grupo de camponeses	75\$00
Lista nº 32.....	15\$00	Viva o jornal	
Lutar pelo aumento dos salários.....	7\$50	«O Camponês»....	20\$00
Pela Paz (N).....	15\$20	Total	1.358\$00

Continuemos a pedir a todos os nossos leitores para que intensifiquem a ajuda ao seu jornal, jornal livre que vive somente em virtude do auxílio que lhe é prestado pelos seus leitores e amigos.

CARTAS DOS LEITORES

UM CARRASCO DA GNR

O sr. conde Mursa, do condado de Agulada, despediu um seu criado, que há 38 anos o servia.

Nem as lamentações da esposa do pobre trabalhador comoveram o coração do sr. conde. Dizia a pobre mulher: «Santo Deus, que será de nós, sr. conde, se despedir o meu marido? Quem nos vai querer para trabalhar, depois de velhos e cansados? Ninguém, sr. conde, ninguém. Tempos atrás qualquer pessoa dava uma esmola, mas agora, sr. conde... De certeza que vai acontecer uma grande desgraça pois vamos morrer de fome: 38 anos a trabalhar para o sr. conde, com tanto amor e carinho e agora despedir o meu marido...»

Mas o sr. conde, sem perturbar os seus nervos, respondeu amavelmente para a sua escrava: «Tanto amor tenho eu por um trabalhador que me serviu 38 anos como por um a que lhe acabo de dar trabalho». Perguntamos: Que razões haveria para que o patrão se amofinasse e despedisse um trabalhador que o serviu 38 anos?

É fácil de adivinhar: 70 anos tinha o escravo que foi despedido, já não dava o rendimento de quando era novo, estava velho; agora era bom que fosse guerrear com os cães a esmolar ou que morresse de fome; a ele pouco lhe importava isso, o essencial era ver-se livre daqueles velhos e nada mais.

É bom que todos os trabalhadores meditem neste caso para não se deixarem embalar pelas palavras do patronato explorador e dos srs. Veiga de Macedo e Companhia sobre a conciliação entre patrões e criados. Não! O patronato explorador nada mais deseja que tirar o máximo do rendimento de um trabalhador, «tirar-lhe a pele».

Um operário agrícola da região de Coruche

É justo que o povo procure conhecer as pessoas honestas da GNR para as ajudar a ter uma posição mais correcta e a compreender o papel que estão actualmente desempenhando. Mas também é justo conhecer e isolar os carrascos dessa guarda.

Há tempo chegou à minha terra um novo cabo, o cabo Santos. Apareceu cheio de boa conversa, falando a toda a gente e a dizer que tinha más informações do povo mas que estava a ver que não era assim, que os culpados eram os senhores da Junta de Freguesia. Dizia ainda que estava ali só para manter a ordem, que era pela verdade e pela justiça, etc., etc.

Com esta boa conversa conseguiu enganar muita gente que pensava que este cabo era melhor que os outros que cá têm estado.

Mas a verdade é sempre a verdade e a crueldade dum carrasco não pode ficar sempre escondida. Poucos dias depois de cá estar foi uma noite ao baile da sociedade com uma praça, entrou de pistola em punho e começou a berrar, a chamar brutos e terroristas para pôr toda a gente na rua. Parecia um doido varrido.

Depois começou a multar a torto e a direito, fazendo pagar de 30 a 60\$00 por uns figos, azeitonas ou bolotas. E no fim das multas dá uma grande sova.

Agora diz que para o futuro leva as pessoas para as covas e dá lá pancada até se fartar, que não é como os trabalhadores pensam, que não ganham nada em andar com greves e outras coisas.

Isolamos estes carrascos do povo. Unamo-nos e organizemo-nos para impedir as barbaridades destes inimigos do povo!

Um valvagueiro

AS LUTAS DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

(continuação da 1.ª pag.)

trabalho com a jorna de 19\$60 mas os operários agrícolas reclamaram melhor jorna.

Ainda nesta terra, o rendeiro Pina Mendes falou a um rancho de 25 mulheres para irem trabalhar por 17\$00. As mulheres exigiram 20\$00 que o agricultor teve de dar.

Numa debulhadora, porque o patrão queria que os trabalhadores limpassem a máquina depois de ela apitar sem que houvesse qualquer desconto no tempo, o que equivalia a trabalhar mais meia hora, um dos operários agrícolas protestou largando o trabalho. O patrão despediu-o mas todo o pessoal, solidarizando-se, exigiu que fosse readmitido. Como não o conseguiram, todos abandonaram o trabalho.

Em BALEIZÃO, onde há muito desemprego, cerca de 100 trabalhadores têm ido, em pequenos grupos, à Casa do Povo reclamar trabalho. A resposta é que vão tratar do assunto mas ainda nada resolveram.

Em BENAVIDA, um rancho de mulheres a quem o patrão queria baixar a jorna para 15\$00 protestou e exigiu pelo menos 20\$00, o que foi conquistado.

No Couço o feitor da propriedade Águas Belas, João Monteiro, falou a dois ranchos, dando 30\$00 a um de Erra e 28\$00 a um do Couço. As mulheres deste rancho exigiram também os 30\$00 conquistando-os.

Em Vale de Figueira (MONTE-MOR-O-NOVO), no princípio da ceifa, os agrários queriam pagar 25\$00, mas os operários agrícolas uniram-se e lutaram firmemente pelos 40\$00 tendo-os conquistado e mantido durante toda a ceifa.

Em ERMIDAS, na herdade do Monte Branco os tiradores de cortiça ganhavam 35\$00, pegando com uma hora de Sol, com hora e meia para o almoço e duas horas e meia para o jantar e largando ao pôr do Sol. Unindo-se os tiradores exigiram os 40\$00 com o mesmo horário. Quando o patrão viu que se preparavam para abandonar o trabalho deu-lhes a jorna pedida.

Em ALVALADE e SANTIAGO DO CACÉM também em vários lados os tiradores de cortiça lutaram pelo aumento da jorna, tendo muitos conseguido os 40\$00 e alguns mesmo os 45\$00.

Em ALCACER DO SAL, numa herdade onde o patrão estava a obrigar os trabalhadores a largar o trabalho depois da hora combinada, estes unanimemente abandonaram o trabalho conseguindo desta forma que o patrão cumprisse com o horário.

DEFENDAMOS OS Nossos INTERESSES

Nas freguesias de Sulportela, Vila Franca, Deão, Deocrista e Geraz do Lima foram criados postos de recepção do leite e querem suspender as mulheres que levavam o leite para as fábricas, uma vez por dia.

A sua entrega era feita antes, até às 11 horas da manhã e havia então uma fábrica em Vila Franca, outra em Deocrista e outra em Santa Maria do Geraz. Agora, que existe um posto em cada freguesia as vendedoras são obrigadas a entregar o leite das 7 h e 30 às 8 h da manhã e das 21 h e 30 às 22 h. Se chegam um pouco mais tarde, o que muitas vezes sucede por os lavradores ainda não terem mungido as vacas, já não tomam conta do leite.

Este horário traz grandes prejuízos para os lavradores que trabalham de Sol a Sol e, por isso, a maior parte não entrega o leite à noite. Mesmo não entregando o leite, as vendedoras têm de se apresentar nos postos, o que lhes causa também muitos transtornos.

O que temos a fazer é juntarmonos para pedirmos que estabeleçam um horário que nos permita vender o leite e realizar o trabalho que nos dá o pão de cada dia.

Além disso devemos pedir que nos paguem melhor o leite para que o produto do nosso trabalho não vá para os senhores que mandam nos Grémios.

Um lavrador minhoto